

Palimpsesto Amazônico: escritos de viagem sobre a Amazônia entre 1730 e 1817.

HUGO MOURA TAVARES¹

A presente comunicação tem como objetivo relatar o atual estado do meu projeto de doutorado em História, cujo tema principal são as viagens de sete personagens pela Amazônia entre 1735 e 1817: Charles Marie de La Condamine (1736), Pe. João Daniel (1751), Padre Dr. José Monteiro de Noronha (1768), Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774), Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783) e os cientistas Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptiste von Spix (1817).

Pretendo desenvolver o relato apresentando uma pequena contextualização histórica do tema. A seguir faço um curto apanhado das discussões historiográficas sobre o tema e concluo o texto com uma pequena discussão sobre as possibilidades de pesquisa a partir das fontes referidas.

O século XVIII, principalmente na Europa, foi marcado pelo aumento da produção agrícola, urbanização crescente, avanço tecnológico (invenção da máquina a vapor e da locomotiva) entre outras transformações. Chamado de século das revoluções tendo como exemplo a Revolução Industrial, na economia e a Francesa, na política, também se destacou pela revolução do conhecimento a partir dos pressupostos iluministas.

O Iluminismo, amplo movimento literário, científico e filosófico, estabeleceu novas idéias sobre o mundo natural, a economia, as relações entre o homem e a sociedade e sobre a função da política no mundo europeu. Muitas destas idéias, divulgadas em textos e discutidas nas universidades, nos salões literários ou mesmo nas ruas da Paris setecentista, tinham como pano de fundo a crítica ferrenha ao domínio ideológico da Igreja Católica e à autoridade tradicional da monarquia absolutista

Adorados e odiados, perseguidos e solicitados, os “filósofos das luzes” acabaram tornando-se personagens de uma campanha a favor do progresso humano contra o obscurantismo simbolizado por um Antigo Regime em decadência. No limite podemos afirmar que o iluminismo tornou-se uma visão de mundo a ser defendida, combatida ou transcendida e com a qual debatemos até os dias atuais.

¹ Doutorando em História (2010), UFPR, na linha de pesquisa Espaço e Sociabilidade.

Tendo como lócus principal a Paris da primeira metade do século XVIII expandiu-se para as demais cortes européias que lhe deram tons diferenciados. Espalharam-se mais longe ainda, chegaram, às vezes secretamente, às colônias e tiveram nos filósofos os grandes propagadores dos seus ideais de natureza, razão, tolerância, felicidade, ceticismo, individualismo, liberdade civil e cosmopolitismo.

Eram homens de letras, engajados, um novo tipo social muito próximo daquele que hoje denominamos *intelectual*. Para DARNTON, o filósofo iluminista,

Pretendia colocar suas idéias em uso, persuadir, propagar e transformar o mundo ao redor. É certo que pensadores anteriores também haviam nutrido a esperança de mudar o mundo. Os radicais religiosos e os humanistas do século XVI eram devotados às causas. Mas os *philosophes* representaram uma nova força na história, homens de letras agindo em conjunto e com autonomia considerável para impor um programa. Eles desenvolveram uma identidade coletiva, forjada pelo compromisso comum em face dos riscos comuns. Foram marcados como um grupo pelos perseguidores, apenas o bastante para dar dramaticidade à sua ousadia, mas não o suficiente para impedi-los de prosseguir na empresa. Desenvolveram um forte sentido de “nós” contra “eles”: homens de espírito contra os fanáticos, *honnêtes hommes* contra os privilégios exclusivos, criaturas da luz contra os demônios das trevas. (DARNTON, 2005:19)

Paris, Edimburgo, Nápoles, Halle, Amsterdã, Genebra, Berlim, Milão, Londres, Filadélfia, todos estes pontos tiveram seus *philosophes*. Madri e Lisboa também.

A questão sobre a existência, ou não, de um movimento iluminista em Portugal já gerou muita polêmica e não se pretende na presente comunicação recuperar este debate. O iluminismo foi um movimento intelectual, presente em vários países europeus do século XVIII, mas nem por isso, homogêneo. Deste modo pode-se falar em iluminismos e o caso português é mais um deles. CARVALHO defende a idéia de que os estigmas de isolamento, obscurantismo e ignorância imputados à cultura portuguesa após o Concílio de Trento não se justificam historicamente. Não existem dúvidas de que a intolerância religiosa presente em Portugal do Setecentos criou obstáculos à circulação de idéias. Porém, as “sombras” não foram exclusividade do reino português e, assim como em outros países, o espírito crítico de muitos intelectuais lusitanos, e sua luta a favor da adoção dos princípios racionalistas frente ao aristotelismo escolástico vigente, possibilitou a existência de um movimento iluminista. Um iluminismo mais próximo da religião do que seus pares não ibéricos, mas nem por isso menos arrojado e menos comprometido com as “Luzes”. (CARVALHO, 2007)

Um iluminismo de matriz italiana, com forte presença da tradição católica, mas, de forma semelhante às outras cortes européias, apegado à crença na ciência, nas capacidades humanas de transformar o mundo, na ação pluridisciplinar. Um movimento

empenhado na pesquisa científica, na verificação dos fatos com base no pensamento racional e não escolástico.

No pensamento político da época, e o português não é exceção, o soberano é visto como o responsável pela satisfação dos ideais de felicidade e bem-estar social, moral e econômico dos seus súditos tanto do Reino como dos domínios de Além-mar. Durante o reinado de Dom José I, realiza-se uma série de reformas comandadas pelo Ministro dos Negócios, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal.

Estas reformas econômicas, políticas, sociais e científicas realizadas por todo o Império Português tiveram como pressuposto o estudo da natureza e das populações dos seus territórios coloniais. Havia a necessidade de inventariar suas potencialidades, delimitar seus limites geográficos, racionalizar a exploração das suas riquezas. Natureza e ciência deveriam instrumentalizar a recuperação econômica, num binômio fonte de conhecimento - geração de riquezas.

Neste contexto é que foi realizada a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772. Por meio de uma política sistemática de exclusão da presença jesuíta nos cargos de direção da universidade, o Marquês de Pombal procurou colocar esta instituição a serviço do projeto iluminista de modernização da monarquia portuguesa.

A secular universidade deveria tornar-se um dos centros propagadores e incentivadores do ensino científico e formadora de profissionais habilitados a colaborar com o projeto pombalino. Para tanto, professores estrangeiros foram convidados e um destes professores foi o naturalista italiano Domingos Vandelli. Formado em Pádua, em História Natural e Medicina e vivendo em Portugal desde o final da década de 1760, publicou diversos opúsculos sobre História Natural chamando à atenção da nobreza letrada local. Deste modo, acabou sendo convidado para lecionar a Cadeira de Química e a de História Natural em Coimbra, colaborando ativamente com a reforma da universidade e com a criação de instituições científicas.

Várias foram as organizações de cunho científico criadas na época. Além da Academia Real de Ciências vale citar o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico, o Dispensário Farmacêutico, o Jardim Botânico, o Observatório Astronômico, o Gabinete de História Natural, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório Químico, dentre outros. Estas e outras instituições colaboraram com o projeto maior de modernização do

Estado português equiparando-o às outras monarquias ilustradas européias.

Quando, nas últimas décadas do setecentos, os filhos das famílias abastadas, das colônias ou da metrópole, se dirigiram à Coimbra para completar seus estudos encontraram uma Universidade bem diferente daquela encontrada por seus pais ou avós. Houve um grande esforço no sentido de modernizá-la iniciando com uma revisão criteriosa dos antigos regimento e estatuto e a criação de novos. A pedagogia baseada na escolástica aristotélica deu lugar às modernas “humanidades e ciências” presentes em outras instituições de ensino superior européias. O curso de Teologia foi redefinido separando-se dele a Filosofia Moral; o curso de Direito foi reformulado nas Jurisprudências Civil e Canônica e a Medicina tornou-se mais pragmática e menos especulativa. A grande novidade foi a criação de dois novos cursos com estatuto próprio: a Matemática e a Filosofia.

O curso de Filosofia, dividido em Filosofia Moral, Racional e Natural era o destaque da Coimbra reformada. Considerada a “Ciência Magna” englobava todos os conhecimentos da época: a Ética, a Jurisprudência, a Política, a Medicina, a Matemática, a Física, a Química, a História Natural e a Teologia Natural, entre outros. A Filosofia tanto fazia parte dos currículos dos outros cursos como era parte de um “básico” pelo qual todos os calouros deveriam passar. Bem diferente da atual, a filosofia setecentista era abrangente e pressupunha a ausência de fronteiras entre as áreas do conhecimento. Deste modo, num século denominado como o “século dos filósofos” podemos compreender porque tantos jovens sentiram-se atraídos pelo curso e graduaram-se “filósofos da natureza”. Caio Boschi assim se refere às gerações de estudantes brasileiros que estudaram em Coimbra no século XVIII:

Para ficar nos limites da temática proposta, pode-se afirmar que, enquanto os estudantes anteriores a 1772, em suas incontáveis horas de lazer, se entregavam muito mais a discussões literárias e exercícios poéticos, os que são posteriores à reforma, já agora também sob outro regime disciplinar, dedicavam-se a estudos mais utilitários e imediatistas. Aos poetas Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão e Inácio José de Alvarenga, na primeira fase, se contrapõem os cientistas José Vieira Couto e José Álvares Maciel, nos anos 70 e 80. Se a primeira geração, ao regressar à terra natal, continuou a cultivar saudosamente os hábitos conimbricenses, mais pragmáticos, os da geração posterior procuraram estudar geografia e o potencial de melhor conhecimento e exploração de seu território de origem. Se aqueles viviam intelectualmente abafados pela cultura jesuítica que lhes era incutida, estes se supunham mais aptos aos debates e se abriam a uma ampla discussão sobre as novas idéias que ganhavam corpo na Europa.(BOSCHI, 2010)

Filósofos *da natureza* porque o mundo natural era visto como a fonte do

conhecimento humano e a sua observação sistemática como a garantia da razão. Observar a natureza em seu estado puro, coletar, colecionar, classificar, experimentar e deduzir o conhecimento a partir de estudos comparativos, este, grosso modo, o método experimental adotado.

Um destes estudantes foi Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro, nascido na Bahia em 27 de abril de 1756 e, aos 17 anos, matriculado no curso de Direito de Coimbra. Como tantos outros jovens, sentiu-se atraído pela Filosofia graduando-se e doutorando-se como filósofo e habilitando-se na recém criada profissão de naturalista. Foi auxiliar de Domingos Vandelli nas aulas de História Natural e um dos escolhidos pelo mestre italiano para percorrer e observar o mundo dentro dos princípios racionalistas dos ilustrados. Alexandre Ferreira, no “Diário da Viagem Philosophica pela Capitania do Rio Negro”, tem como epígrafe um trecho da “Philosophia Botanica”, de Lineu, que sintetiza o método do viajante ilustrado:

O princípio fundamental de uma viagem seja este: ser curioso de conhecer todas as coisas, mesmo as mais desagradáveis, das quais não é lícito declarar a quem se referem. Cada coisa, de fato, foi criada com uma finalidade específica (Sirac).

O meio seja escrever as impressões e as coisas úteis referentes à Geografia, à Física, à Litologia, à Economia, à Política, aos costumes e tradições antigas...

O fim consista em conhecer com uma maior exatidão a natureza, adaptando ao sistema universal e à vida do homem, o conhecimento das plantas [Reino Animal] e dos minerais [Reino Mineral].(FERREIRA, 2007: 29)

Em 1778, Domingos Vandelli selecionou, entre os seus melhores ex-alunos de Coimbra, uma equipe que organizaria o acervo do Museu de História Natural da Ajuda, em Lisboa. A partir de 1779, Vandelli, com o apoio do ministro Martinho de Mello e Castro, idealizou e executou um projeto audacioso conhecido como viagens filosóficas. Deste projeto participaram vários ex-alunos seus como Alexandre Rodrigues Ferreira, José Joaquim da Silva que seguiu para Angola, João da Silva Feijó para o arquipélago de Cabo Verde e Manoel Galvão da Silva para Moçambique. As viagens filosóficas faziam parte do enorme esforço português em se aproximar dos demais países europeus no processo de re-conhecimento do mundo a partir dos pressupostos da filosofia natural.

Os filósofos naturalistas recebiam uma formação ampla e, na medida em que eram selecionados para fazer parte de uma expedição, isto é, de uma viagem filosófica, eram minuciosamente instruídos. Seu olhar era educado, disciplinado de modo que suas observações fossem proveitosas. Para garantir o bom resultado da viagem foram

elaborados manuais com instruções detalhadas que visava, em última instância, excluir dos relatos a subjetividade do autor.

Estes manuais que instruíam o viajante sobre o que e como olhar, educaram gerações de viajantes, mas além de observar era necessário registrar as observações nos diários, memórias, relatórios. Para Vandelli, era imprescindível que o peregrino registrasse no papel os lugares, as jornadas, as pessoas, enfim, suas impressões de forma igualmente objetiva.

Estes registros preservados têm despertado interesse crescente, principalmente aqueles que se referem às viagens realizadas no século XVIII ainda pouco exploradas pelos pesquisadores. Historiadores, químicos, geólogos, biólogos, entre outros, têm pesquisado estes documentos numa abordagem interdisciplinar de escrita da história da ciência e dos cientistas. No entanto, este interesse só foi possível em função de um processo mais amplo de revisão e problematização historiográfica sobre o tema.

CRUZ & PEREIRA, em artigo publicado em 2007, realizam o mapeamento das pesquisas sobre o tema na historiografia brasileira, destacando os caminhos e descaminhos dos estudos sobre os ilustrados lusos e brasileiros dos setecentos e oitocentos. Segundo os autores, apesar dos relatos sobre as viagens filosóficas terem despertado interesse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IGHB (e seus pares regionais) desde a década de 1840, as publicações ficaram restritas aos próprios institutos não motivando o interesse de outros pesquisadores. De maneira geral, os historiadores do século passado interessaram-se muito mais pelos viajantes do século XIX do que pelos viajantes do XVIII. Somente aqueles ilustrados que participaram dos movimentos de emancipação política da colônia brasileira receberam alguma atenção, os demais, durante muito tempo, foram vistos como rudimentares, menos interessantes, conservadores ou, até, objeto de pesquisa de “historiadores de direita”. (CRUZ & PEREIRA, 2006)

Os dois historiadores procuram em seu artigo estabelecer as relações entre as linhas de pesquisa hegemônicas no campo da História do Brasil colonial e o tema em questão. Demonstram que, em muitos casos, os relatos dos viajantes produzidos entre segunda metade o século XVIII e a primeira do XIX, foram preteridos por aqueles que referenciassem interpretações gerais da História do Brasil como as de “sentido da colonização”, “revolução brasileira” e “sistema colonial”. Com exceção de Maria Odila

da Silva Dias que apontou em 1968, a importância da análise dos intelectuais luso-brasileiros do setecentos para a compreensão das origens da cultura brasileira' o tema só começou a se tornar objeto de pesquisa sistemática por parte dos historiadores a partir de meados da década de 1990. (DIAS, 1968: 105)

DOMINGUES, ao realizar um balanço do debate sobre o tema, destaca alguns autores e abordagens que sintetizariam algumas linhas de força das pesquisas sobre os viajantes a serviço do Estado português entre os séculos XVIII e XIX. Para a autora, um dos trabalhos pioneiros foi o de William Joel Simon, publicado em 1983, no qual, pela primeira vez, foram analisadas simultaneamente as viagens de Manuel Galvão da Silva a Moçambique, Joaquim José da Silva a Angola e Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil. No Brasil, a autora faz referências aos trabalhos de Ronald Raminelli, Magnus Pereira e Ana Lúcia Barbalho da Cruz. (DOMINGUES, 2009)

Para DOMINGUES, as pesquisas que vem sendo realizadas por brasileiros e portugueses, destacam que os jovens filósofos e naturalistas, formados na Coimbra reformada, receberam amplo apoio da coroa e foram, na sua maioria, empregados a serviço do Império português na sua estratégia de desenvolvimento econômico e modernização da sua estrutura administrativa. Deste modo, mais do que patrocinadores do processo de emancipação política da colônia brasileira, nossos personagens estiveram mais comprometidos e integrados aos interesses e demandas imperiais do que afirmou uma historiografia de viés mais nacionalista.

O foco na questão da emancipação política da colônia brasileira acabou valorizando alguns em detrimento de outros ilustrados que se formaram em Coimbra na década de 1790. E estes outros foram, naquele momento, a maioria dos cientistas, brasileiros e portugueses, muito mais comprometidos com o desenvolvimento econômico do Império do que com projetos políticos de independência.

Os inúmeros trabalhos dedicados a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, ao privilegiarem suas viagens em território brasileiro contribuíram para que a dimensão transcolonial desses viajantes e sua inserção nos quadros da política imperial portuguesa ficassem em segundo plano. Porém, trabalhos mais recentes têm valorizado, além da dimensão transcolonial dos viajantes, sua complexa identidade cultural.(CRUZ, 2002: 61-98)

CRUZ ainda destaca um aspecto que a seu ver tem sérias implicações teórico-

metodológicas: muitos destes estudantes e, posteriormente, viajantes-ilustrados eram originários das colônias. Num “mundo em movimento”, parafraseando Russel-Wood, muitos destes viajantes nasceram na colônia, cresceram e receberam sua primeira educação formal em Salvador, Rio de Janeiro, nas Minas Gerais ou mesmo no sul do Brasil. Filhos de famílias abastadas dirigiram-se à Coimbra para completar seus estudos e foram empregados a serviço do Império. Alguns retornaram à sua terra natal, outros foram enviados às colônias africanas ou asiáticas. Outros assumiram funções científicas e administrativas e representaram papéis, muitas vezes, antagônicos aos interesses locais. Percorreram o mundo, foram membros de academias científicas portuguesas e de outros países europeus. Fizeram parte de círculos antes restritos a poucos letrados e tornaram-se informantes e interlocutores importantes nas relações entre a metrópole e as colônias.

Assim, mais do que personagens de movimentos emancipatórios, dentro de uma historiografia de viés nacionalista, os viajantes devem ser vistos numa perspectiva transcolonial e seus relatos como fontes ainda a serem exploradas.

É na complexidade apontada por CRUZ e outros autores que muitos historiadores têm procurado analisar os registros deixados pelos viajantes ilustrados do século XVIII. Minha pesquisa sobre os viajantes faz parte deste esforço coletivo de aprofundamento na análise destas fontes. Aprofundamento este que pretende utilizar as contribuições da crítica literária para o estudo destas fontes.

Muitos dos registros que relatam as viagens realizadas por cientistas, ou outros viajantes, do século XVIII podem ser classificados dentro do gênero literário denominado *literatura de viagens*. O projeto poético presente nestes textos explicita um frágil equilíbrio aristotélico entre a instrução e o divertimento, entre a descrição e a redenção, entre o estilo presente nas histórias trágico-marítimas e os relatórios científicos do século XIX.

Deste modo, até que ponto uma leitura destes relatos a partir de pressupostos da crítica literária seria produtiva?

BONATO, em artigo publicado em 2008, sobre as viagens dos naturalistas Joaquim José Pereira e Vicente Jorge Dias Cabral, pelo sertão nordestino, no final do setecentos, afirma:

A escrita de diários de viagens científicas tornou-se, segundo Bourguet, uma das tarefas cotidianas, “executadas com uma minúcia repetitiva e habitual, fastidiosa, por vezes esgotante, interrompidas por momentos de perigo ou de medo”. A notável rigidez da escrita fazia com que só estivessem presentes os elementos necessários ao cumprimento da tarefa científica e exploratória. No caso da viagem analisada, mesmo que fossem visitadas fazendas e vilarejos à procura de informações sobre salitre e quina do Piauí, nota-se na leitura dos diários uma ausência de referências às casas, ou às pessoas, não sendo mencionado sequer o número de habitantes, como no caso da memória sobre o Maranhão, do padre Joaquim José, já citada.

... A omissão da representação das pessoas torna-se uma característica marcante da viagem analisada, acompanhando os relatos científicos do final do século XVIII. Nas décadas seguintes, avançando o século XIX, os relatos dos viajantes tendem a apresentar descrições, por vezes minuciosas, da população e seus costumes.(BONATO, 2009: 257-8)

No entanto, cabe perguntar se a omissão da representação das pessoas em relatos científicos do final do século XVIII é fruto da notável rigidez da escrita ou tem raízes mais profundas.

WILLIAMS, na sua obra *O campo e a cidade na história e na literatura* recupera as diversas formas pelas quais a literatura e o pensamento social inglês representaram a tensão entre o campo e a cidade. Tensão essa que acabou resultando em duas grandes representações: de um lado o universo rural, espaço de tradições e da harmonia com a natureza; de outro a cidade como local das aglomerações e do esmagamento do indivíduo. O bucólico em contraste com o espaço urbanizado e industrial. O campo como o espaço de um passado mítico, perdido e a cidade como a de um futuro incerto.

WILLIAMS, ao analisar as transformações pela qual passa literatura entre os séculos XVII e XVIII, faz uma observação interessante: a de que, no setecentos, a literatura tende a recriar imaginativamente o mundo rural excluindo deste

...os homens e mulheres que criam os animais e os levam até a casa, que os matam e preparam sua carne; que fazem armadilhas para os faisões e perdizes e pegam os peixes; que plantam, estrumam, podam, colhem frutos – essas pessoas estão ausentes; o trabalho é todo feito por uma ordem natural. Quando enfim aparecem, é apenas sob a forma de “campônios em alegre bando” ou, mais simplesmente, de “muitos pobres”, e o que nos é mostrado então é a caridade e falta de condescendência com que lhes é dado aquilo que, agora e de algum modo, não eles, mas a ordem natural, entregou nas mãos do senhor em forma de alimento.(WILLIAMS, 1989: 52)

Para WILLIAMS, esta exclusão de personagens humanos na poesia inglesa rural tem relação com as mudanças nas estruturas agrárias inglesas decorrentes do avanço do capitalismo na Inglaterra do Setecentos. Neste contexto, a recriação mágica (sic) da abundância natural esconde uma realidade na qual “o homem em vez de colher o alimento oferecido por uma natureza pródiga, foi obrigado a ganhar o pão com o suor

do seu rosto e a maldição do trabalho passou a ser o destino comum da humanidade”. (WILLIAMS, 1989: 52)

Deste modo, cabe indagar até que ponto a omissão da representação das pessoas nos relatos científicos do final do século XVIII, apontados por BONATO, não seria, também, indícios de uma permanência de determinada tradição literária européia presente na maneira de escrever do viajante-ilustrado analisado.

Outro exemplo interessante é o texto *Viagem pelo Brasil* de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptiste von Spix.

Martius e Spix foram cientistas alemães que percorreram a região da Amazônia no início do século XIX. Em 1817, Spix e Martius foram convidados pela grã-duquesa austríaca Leopoldina que viajava para o Brasil para casar-se com Dom Pedro I. Convidados a realizar uma expedição com o objetivo de descrever a fauna e flora deste país, retornaram em 1820 e Spix voltou para a Europa com cerca de 9.000 espécimes de plantas e animais, incluindo mamíferos, aves e anfíbios. O conjunto foi a base da coleção do Museu de História Natural de Munique e a expedição foi narrada na obra *Viagem pelo Brasil- 1817-1820*.

Num determinado ponto da viagem, ao atingirem o que consideravam ser o limite ocidental de sua jornada, registraram o acontecimento desta forma:

Profundamente empolgado pelo arrepio desta solidão selvagem, me sentei para desenhá-la; mas não tentarei descrever ao leitor os sentimentos que durante este trabalho comoviam a minha alma. Era este o ponto mais ocidental a que eu podia estender a viagem. Enquanto me oprimia com todos os terrores de uma solidão destituída de seres humanos, sentia indizível saudade de homens da cara Europa civilizada. Pensei como toda a cultura e a salvação da humanidade tinha vindo do Oriente. Dolorosamente comparei aqueles países venturosos com este ermo pavoroso; entretanto, mesmo assim me felicitava por estar aqui, levantei mais um olhar para o céu, e volvi corajosamente o espírito e o coração para o Oriente amigo.(MARTIUS, 1981: 240)

Sentimentos que comovem a alma, indizível saudade, terrores da solidão, volver o coração ao Oriente amigo, são expressões típicas da objetividade científica ou aproximam-se de uma estrutura de sentimento romântica, isto é, subjetiva? Com quem este trecho dialoga? Lineu ou Goethe?

Interessante notar neste pequeno trecho a referência ao **Oriente**. SAID, renomado crítico literário e considerado por alguns estudiosos o fundador da teoria literária pós-colonial, escreveu um livro, hoje clássico, chamado *Orientalismo*. Nele o autor demonstra, de forma brilhante, o quanto que o Oriente é uma representação ocidental marcada por comportamentos ideológicos, etnocêntricos entre outros:

“Orientalismo” é o termo genérico que tenho empregado para descrever a abordagem ocidental do Oriente; Orientalismo é a disciplina pela qual o Oriente era (e é) abordado de maneira sistemática, como um tópico de erudição, descoberta e prática. Mas, além disso, tenho usado a palavra para designar o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória.(SAID, 2007: 114)

Singular o fato de que, ao chegarem à linha divisória, no extremo ocidental da sua viagem, Martius e Spix retomem o termo *oriente* se referindo a um espaço imaginário de onde “toda a cultura e salvação da humanidade” tem sua origem. A Europa é o lugar dos homens civilizados, mas cabe ao Oriente a salvação, a ventura, a cultura, enfim, tudo aquilo que se opõe ao “ermo pavoroso” no qual se encontram. Caberia aqui a retomada da dicotomia medieval entre inferno e paraíso? O olhar treinado do cientista trai seus propósitos objetivos ao textualizar o visto e, principalmente, o sentido.

La Condamine, cientista e explorador francês, nasceu em Paris, em 28 de janeiro de 1701. Foi o primeiro cientista a descer o rio Amazonas, e suas publicações sobre a geografia, fauna e flora da bacia amazônica despertaram o interesse da comunidade científica pelo seu estudo denominado “Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas”.

Fazendo parte da esquadra de Duguay-Touin, em 1731, visitou a costa do Norte da África e do Oriente Médio. Retornou à França depois de ter coletado informações sobre diversas áreas do conhecimento: geografia, meteorologia, cultura, arqueologia e etnografia. Empolgado com a intenção da Academia Francesa de enviar cientistas ao Peru para realizarem medições da linha equatorial, dedicou-se aos estudos astronômicos e geodésicos. Seu esforço foi recompensado com a nomeação, juntamente com Bouguer e Louis Godin, dentre outros, para a grande expedição.

Suas impressões reportavam observações geodésicas, físicas, astronômicas. Seus cálculos e instrumentos expressavam a aplicação da ciência no seu embate com a especulação aristotélica. Porém, na década de 1730, ao descrever os habitantes americanos, La Condamine reproduz, de forma muito semelhante, o olhar etnocêntrico europeu anterior e posterior “às luzes”:

Antes de passar adiante, creio dever dizer uma palavrinha a propósito do gênio e caráter dos homens originários da América meridional, que vulgarmente se chamam com impropriedade “índios”.

A insensibilidade é o fundamental. Fica a decidir se a devemos honrar com o nome de apatia, ou se lhe devemos dar o apodo de estupidez. Ela nasce indubitavelmente do número limitado de suas idéias, que não vai além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quanto têm de que saciar-se; sóbrios quando a necessidade os obriga a se privarem de tudo sem parecerem nada

desejar; pusilânimes ao excesso, se a embriaguez os não transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados das coisas presentes, e por elas sempre determinados; sem a preocupação do futuro; incapazes de providência e reflexão; entregues, quando nada os molesta, a brincadeiras pueris, que manifestam por saltos e gargalhadas sem objeto nem desígnio; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados.(LA CONDAMINE, 2000: 60)

Na década de 1730, La Condamine constrói um retrato do colonizado semelhante àquele ao qual se refere MEMMI em o *Retrato do colonizado*:

Consideremos, nesse retrato-acusação, o traço da preguiça. Ela parece reunir a unanimidade dos colonizadores, da Libéria ao Laos, passando pelo Magreb. É fácil ver até que ponto essa caracterização é *cômoda*. Ela ocupa um lugar de destaque na dialética: enobrecimento do colonizador – rebaixamento do colonizado. Além disso, *é economicamente frutífera*. Nada melhor para legitimar o privilégio do colonizador do que seu trabalho; nada melhor para justificar a penúria do colonizado do que sua ociosidade. O retrato mítico do colonizado abarcará, portanto, uma inacreditável preguiça. O do colonizador, o gosto vertical pela ação. (MEMMI, 2007: 117)

Três trechos de literatura de viagem que, seguindo esta estratégia de leitura, possibilitam outra abordagem destas fontes. Afinal, após a revisão pela qual passou a historiografia, desde a “virada cultural” das últimas décadas, é um tanto quanto arriscado afirmar que a fronteira entre a História e a Literatura seja tão estanque como se pensava. A retomada da história-narrativa, a expansão da micro-história, entre outras tendências, buscam superar a dicotomia História (verdade) x Literatura (ficção) e procuram ver os textos dos historiadores e a realidade narrada como representações.²

Sendo assim, os relatos dos sete viajantes em estudo apresentam uma determinada imagem sobre a Amazônia, imagem que talvez permaneça, com outras matizes, até os dias de hoje. Também apresentam construções narrativas que podem ser mais bem interpretadas a partir de referenciais pertencentes aos estudos culturais.

Deste modo, por que não trabalhar com a literatura de viagem, ao mesmo tempo fonte histórica e gênero literário, a partir dos pressupostos dos estudos literários? Ou, em outros termos, a utilização destes referenciais da crítica literária são produtivos na análise dos relatos em estudo? Esta, em suma, a problemática apresentada.

² Extensa já é a bibliografia sobre o tema, mas cito as obras de Hayden White, Ginzburg e La Capra, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONATO, T. “*Estudo Metodológico de relatos científicos e de viagem no iluminismo português: dois viajantes pelo sertão nordestino*”. In: Doré, Andréa e Santos, Antonio Cesar de Almeida (org.), *Temas setecentistas. Governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR/CSHLA - Fundação Araucária, 2009.
- BOSCHI, C. P. **A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/150.pdf>> Acesso: 14 jul. 2010.
- CARVALHO, Flávio R. **Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra de 1772**, 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- CRUZ, Ana L. R. B. ; PEREIRA, Magnus R. de Mello . *A história de uma ausência: os colonos cientista da América portuguesa na historiografia brasileira*. In: João Fragoso; Manolo Florentino. (Org.). *Nas rotas do Império*. Vitória/Lisboa: EDUFES/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 61-98, 2002. Editora da UFPR.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, 1968. DIAS.
- DOMINGUES, A. **Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial**. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14633>> Acesso em: 02 jul. 2009.
- FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Manaus: Editora da Universidade Federal da Amazônia e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007, p. 29.
- J. B. S. C. F. P. von e von Martius, **Viagem pelo Brasil 1817-1820**, Imprensa Nacional, 1938.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília : Senado Federal, 2000.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.